

Aufklärung e a Crítica kantiana no pensamento de Foucault

Giovana Carmo Temple¹

Resumo: O objetivo deste texto é desenvolver a articulação que Foucault faz entre o diagnóstico do presente e a construção de um pensamento crítico acerca do conceito de autonomia a partir do texto de Kant *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* (1783). Trata-se, portanto, da aproximação de Foucault à herança histórica da *Aufklärung* analisada por Kant, a partir de uma perspectiva ética para pensar a modernidade. Para tanto, trataremos neste artigo (1) de como Kant descreve o processo da *Aufklärung*, (2) da relação deste texto de Kant com sua *Crítica* e, por fim, (3) os desdobramentos destas análises naquilo que Foucault entende ser uma “atitude crítica” da modernidade.

Palavras-chave: Foucault – Kant – modernidade.

Historicamente, Kant pertence à época do Iluminismo². Como movimento histórico o Iluminismo passou e junto com ele enfraqueceram os ideais de sua época: a fé no progresso, a idéia de que o homem pode dominar todas as coisas, e a confiança otimista na razão. Equidistante de um Iluminismo ingênuo, Kant reflete de maneira inovadora o Iluminismo europeu, a saber, o Iluminismo compreendido como um processo da atualidade de superação dos erros a partir da decisão de fazer uso do próprio entendimento nos limites “da razão humana universal”. Assim, a palavra de ordem de Kant: “*Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de seu próprio entendimento”³. Não apenas este movimento Kant apresenta como o processo da *Aufklärung*, mas uma investigação dos

1 Pesquisadora da Fapesp. Doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da UFSCar, sob orientação da Profa. Dra. Thelma Lessa Fonseca. E-mail:

2 Cf. HÖFFE, Immanuel Kant, p. XVIII.

problemas internos da filosofia, a saber, os limites da razão pura, tanto teórica quanto prática.

Os desdobramentos destas questões estão em um pequeno texto de Kant de 1783⁴. Aqui há uma referência, mesmo que não explícita, da ligação entre a *Crítica* kantiana e o processo da *Aufklärung*, que Kant define em relação a um estado de menoridade no qual estaria mantida, e mantida autoritariamente, a humanidade. Kant também caracteriza esta menoridade como a incapacidade da humanidade de utilizar seu próprio entendimento, sem que houvesse necessidade de seguir a “direção de outrem”.

Razão e liberdade, crítica e maioridade são, assim, alguns dos temas presentes neste texto kantiano que descreve o processo pelo qual a humanidade sairia do “estado de menoridade”. Mas, para Foucault, o texto de Kant não apenas se distancia dos ideais iluministas (ingênuos) na medida em que define a *Aufklärung* “pela modificação da relação preexistente entre a vontade, a autoridade e o uso da razão”⁵, mas também pela reflexão feita neste texto por Kant sobre a atualidade de seu trabalho, reflexão como diferença histórica e como tarefa filosófica particular.

Assim, é o posicionamento filosófico que Kant assume diante da questão do processo da *Aufklärung* que desperta o interesse de Foucault, a saber, uma preocupação eminente com a atualidade sob uma perspectiva diferente de outros textos consagrados à história, que em sua maioria buscam “definir a finalidade interna do tempo e o ponto para o qual se encaminha a história da humanidade”⁶. Assim, a crítica da atualidade constitui o eixo central da leitura foucaultiana acerca do significado da *Aufklärung*, ao mesmo tempo em que revela a *Aufklärung* a

3 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung? In: *Textos Seletos*, A 481, 482. Trad. p. 100. As citações a este texto serão feitas de acordo com a paginação do texto original e da tradução utilizada.

4 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?

5 FOUCAULT, Qu'est-ce que les Lumières? In: *Dits et écrits*, IV. Paris: Gallimard, 1994, p. 562-578. Utilizaremos a tradução deste texto presente na edição brasileira dos *Ditos e escritos*, v. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Trad. p. 333-351.

6 FOUCAULT, *Ditos e escritos*, v. II, p. 341.

partir de uma perspectiva crítica inscrita individualmente na atitude do homem moderno.

Buscaremos, portanto, desenvolver estas questões em três momentos: uma primeira parte dedicada à análise do processo da *Aufklärung* neste pequeno texto de Kant de 1783; em seguida veremos como se estabelece a relação deste texto de Kant com a *Crítica* kantiana e o princípio da “razão universal”; e, finalmente, os desdobramentos deste texto na “atitude crítica” da atualidade feita por Foucault.

Was ist Aufklärung?

Em resposta à pergunta o que é o Esclarecimento?⁷ (*Aufklärung*), Kant define a *Aufklärung* como uma saída, uma *Ausgang*, para o estado de maioridade do homem. O esclarecimento, afirma Kant, “é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado”⁸. Por menoridade entende Kant a incapacidade do homem de “fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo”⁹, ou seja, um estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir no domínio em que convém fazer uso da razão. Assim, o homem é o próprio culpado de sua menoridade se a causa da menoridade não está na falta de entendimento, “mas na falta de direção e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem”¹⁰.

A maneira pela qual Kant lança a questão da *Aufklärung* logo no início do texto orienta o leitor para uma possibilidade de uma “saída” do estado de menoridade, que pode ser compreendida como um “desafio” lançado ao próprio homem, a saber, “*Sapere aude!*”¹¹, a coragem de fazer uso de seu próprio entendimento. Este desafio, contudo, não deve ser entendido como uma aposta, possível ou não de ser alcançada. Não se trata meramente de uma provocação, mas de uma tarefa e uma obriga-

7 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?

8 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, A 481. Trad. p. 100.

9 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, A 481. Trad. p. 100.

10 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, A 481. Trad. p. 100.

11 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, A 481. Trad. p. 100.

ção. Desde o primeiro parágrafo do texto Kant enfatiza que o homem é o responsável por seu estado de menoridade. É preciso compreender então que o homem apenas sairá deste estado de menoridade se operar uma mudança sobre si mesmo. Não é uma escolha, é uma obrigação que Kant impõe, uma palavra de “ordem”¹², como chama Foucault. E qual é esta palavra de ordem? *Aude saper*, a coragem de saber.

Esta obrigação imposta aos homens é definida, como aponta Foucault¹³, por uma tripla relação preexistente entre “a vontade, a autoridade e o uso da razão”. Trata-se, primeiramente, da relação que Kant fará entre autonomia, autonomia da vontade e a permanência ou superação do “estado de menoridade”. Para Kant, “a preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma grande parte dos homens, depois que a natureza há muito os libertou de uma direção estranha (*naturaliter maiorennnes*), continuem no entanto de bom grado menores durante toda a vida”¹⁴. É a menoridade compreendida como uma escolha, um estado de nossa vontade que nos faz preferir a autoridade de alguém a fazer uso da própria razão. É uma vontade “menor”, decorrente da “preguiça” e da “covardia” porque se exime do uso da razão, é comodista não por acaso, mas por uma escolha da vontade, pois como afirma Kant: “é tão cômodo ser menor”¹⁵. E Kant dá três exemplos que caracterizam o estado de menoridade: quando tenho um livro que toma o lugar do meu entendimento, quando tenho um orientador espiritual que toma por mim o lugar de consciência, e quando tenho um médico que decide por mim a minha dieta. Três exemplos que registram que a *Aufklärung* é uma mudança histórica que atinge a vida política e social do homem¹⁶.

Notamos neste processo de superação (e por que não auto-superação?) da menoridade que a “preguiça” e a “covardia” são as causas pelas quais grande parte dos homens continuam menores por toda a vida, sendo que a dificuldade de desvencilhar-se deste estado de menoridade está no fato de que o processo em direção à menoridade é desde sempre

12 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 338.

13 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 337.

14 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, A 481,482. Trad. p. 100

15 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, A 481, 482. Trad. p. 100.

cultivado no homem com uma cuidadosa e persistente domesticação, como afirma Kant:

A imensa maioria da humanidade (...) considera a passagem à maioridade difícil e além do mais perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram a seu cargo a supervisão dela. Depois de terem primeiramente embrutecido seu gado doméstico (*Hausvieh*) e preservado cuidadosamente estas tranqüilas criaturas a fim de não ousarem dar um passo fora do carrinho para aprender a andar, no qual as encerraram, mostraram-lhe em seguida o perigo que as ameaça se tentarem andar sozinhas. (...) É difícil portanto para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor por ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder. Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes do abuso, de seus dons naturais são os grilhões de uma perpétua menoridade.¹⁷

Ora, mas o que é o ato de “desvencilhar-se da menoridade” senão o próprio uso da autonomia da vontade para livrar-se da autoridade imposta por outro? Para Kant, aquele que fosse capaz de se livrar dos “grilhões de uma perpétua menoridade” daria apenas um salto inseguro sobre o mais estreito fosso, já que não está acostumado com este movimento livre. Assim, a capacidade de tomar para si a consciência da

16 Cf. FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 338. Há que se destacar uma observação que Foucault (Ibid., p. 338) faz deste texto de Kant e que reproduzimos aqui: “Surge uma terceira dificuldade no texto de Kant. Ela reside no emprego da palavra Menschheit. Sabe-se a importância deste termo na concepção kantiana da história. Será preciso compreender que é o conjunto da espécie humana que está envolvido no processo da Aufklärung? E, nesse caso, é preciso conceber que a Aufklärung é uma mudança histórica que atinge a vida política e social de todos os homens sobre a superfície da Terra. Ou se deve entender que se trata de uma mudança que afeta o que constitui a humanidade do ser humano? E se coloca então a questão de saber o que é essa mudança. Ali, também, a resposta de Kant não é desprovida de certa ambigüidade. Em todo caso, sob uma aparência simples, ela é bastante complexa.”

17 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, p.102.

necessidade de pensar e emergir do “estado de menoridade” nada mais exige senão a própria liberdade, como enfatiza Kant: “Para este esclarecimento (*Aufklärung*) porém nada mais se exige senão liberdade (*Freiheit*)”¹⁸.

Desta forma, enquanto a obediência é exercida pelo poder militar, político e religioso, em que “oficial diz: não raciocineis, mas exercita-vos! O financista exclama: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede!”¹⁹; a maioria será adquirida então quando a humanidade não tiver que obedecer, mas quando se disser a ela: “raciocinai, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, mas obedeci”²⁰. E Kant dá alguns exemplos deste processo que caracteriza a maioria: o cidadão que deve pagar seus impostos, mas raciocinar tanto quanto se queira sobre a justiça desta obrigação, o sacerdote deve prestar um serviço a sua paróquia de acordo com os princípios religiosos, mas deve raciocinar sobre os dogmas da religião e da Igreja.

Poder-se-ia pensar este processo como algo não muito diferente do que, desde o século XVI, entende-se por liberdade de consciência: o direito de pensar como se queira, desde que se obedeça²¹, mas como adverte Foucault:

(...) é ali que Kant faz intervir uma outra distinção e a faz intervir de uma maneira bastante surpreendente. Trata-se da distinção entre o uso privado e o uso público da razão. Mas ele acrescenta logo a seguir que a razão deve ser livre em seu uso público e que deve ser submissa em seu uso privado. O que é, palavra por palavra, o contrário do que usualmente se chama liberdade de consciência.²²

18 KANT, *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, A 484, 485. Trad. p. 104.

19 KANT, *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, A 484, 485. Trad. p. 104.

20 KANT, *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, A 484, 485. Trad. p. 104.

21 Como veremos mais adiante, trata-se não de qualquer obediência, mas da obediência à razão universal.

22 FOUCAULT, *Ditos e escritos*, v. II, p. 339.

Mas então, o que Kant entende por uso privado da razão? Em que momento o homem faz uso da razão privada? E em que medida esta diferenciação do uso da razão faz sentido? O homem faz um uso privado da razão quando tem de exercer uma determinada função e um determinado papel na sociedade: dirigir uma paróquia, ser um funcionário do governo, ter impostos a pagar, obedecer a um chefe. Ou seja, situações nas quais o homem exerce uma função específica na sociedade e que por isso está submetido a certas regras que devem ser cumpridas para alcançar um fim específico. Não é o caso de se praticar uma obediência cega, como lembra Foucault²³, “mas que se faça um uso da razão adaptado a essas circunstâncias determinadas; e a razão deve submeter-se então a esses fins particulares. Não se pode haver portanto, aí, uso livre da razão”.

Por outro lado, nos casos em que o indivíduo não ocupa qualquer cargo ou função deve ele, na qualidade de sábio diante de um público, fazer uso público da razão que não impede mas favorece o esclarecimento. São dois aspectos diferentes, portanto, que determinam qual uso da razão deve-se aplicar. Quando se exerce um cargo ou uma função pública, que exige um comportamento mecanicista do homem, faz ele uso privado da razão, não raciocina, mas obedece. Já quando o homem exerce um papel não mais passivo, mas ativo como membro da comunidade e exatamente por isso age como um homem instruído, tem ele “completa liberdade, e até mesmo o dever, de dar conhecimento ao público de todas as suas idéias, cuidadosamente examinadas e bem intencionadas”²⁴. Desta forma, diante desta divisão kantiana do uso da razão, um cidadão não pode se recusar a pagar um determinado imposto (uso da razão privada), deve ele neste caso obedecer, mas enquanto sábio, como homem instruído, tem ele obrigação de expor publicamente suas idéias contra, por exemplo, a injustiça desta obrigação (uso público da razão).

Interessante observar que Kant reconhece que são muito poucos aqueles que conseguiram, e conseguirão, por uma transformação em si mesmo, por “uma transformação do próprio espírito, emergir da minori-

23 FOUCAULT, *Ditos e escritos*, v. II, p. 339.

24 KANT, *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, A486, 487. Trad. p. 106.

dade e empreender então uma marcha segura”²⁵. Será então que a maioria seria alcançada quando aqueles indivíduos capazes de pensamento próprio, inclusive os próprios tutores da massa, espalharem ao redor de si o espírito de uma avaliação racional e da vocação de cada homem em pensar por si mesmo, e acabarem por levar o público, que anteriormente foi conduzido por este mesmo tutor, a permanecer sob um “novo” jugo?

A diferença está na obediência. No uso da razão pública não há obediência a qualquer razão, mas à razão universal. Como explica Foucault²⁶: “A *Aufklärung* não é, portanto, somente o processo pelo qual os indivíduos procurariam garantir sua liberdade pessoal de pensamento. Há *Aufklärung* quando existe sobreposição do uso universal, do uso livre e do uso público da razão”. Não apenas este aspecto deve ser observado. A *Aufklärung* aparece também como um problema político no texto de Kant que propõe, como afirma Foucault²⁷, “a Frederico II, em termos pouco velados, uma espécie de contrato”²⁸, que Foucault chama de “contrato do despotismo racional com a livre razão”, que seria “o uso público e livre da razão autônoma” como a melhor garantia da obediência, “desde que, no entanto, o próprio princípio político ao qual é preciso obedecer esteja de acordo com a razão universal”²⁹.

Desta forma, a *Aufklärung* não deve ser compreendida apenas como um processo que envolve a humanidade, nem apenas como uma obrigação imposta a todos os indivíduos. A *Aufklärung* também é uma questão política, que deve ser considerada no uso da razão pública, a saber, raciocinar o quanto quiser, desde que se obedeça. Obediência não a qualquer razão, o princípio político ao qual se deve obedecer deve estar de acordo com a razão universal. E Kant é claro em seus exemplos: todo contrato entre uma sociedade de eclesiásticos que pretendesse, sob juramento, comprometer-se com um credo invariável, a

25 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, A 483. Trad. p. 102.

26 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 339-340.

27 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 340.

28 Cf. no texto de KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, A 491, 492. Trad. p. 112. Voltaremos a tratar desta passagem.

29 Estas citações estão em FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 340.

fim de exercer uma tutela incessante sobre um povo é inteiramente impossível; um monarca não poderia pretender tutelar de maneira autoritária e perpétua um conjunto de leis ao seu povo. Uma época não pode pretender impor um estado tal que seja impossível para a próxima ampliar seus conhecimentos, “avançar no caminho do esclarecimento (*Aufklärung*)”³⁰. Assim, o uso da razão pública é livre e promove o esclarecimento, mas deve obedecer à própria razão universal.

Há, assim, a necessidade de estender, desdobrar, a análise da *Aufklärung* desta solução que Kant propõe ao “estado de menoridade” em duas questões: trata-se da ligação deste pequeno texto com a *Crítica kantiana*³¹, e as implicações da sobreposição da razão universal ao uso livre e ao uso público da razão.

***Aufklärung* e a crítica kantiana**

Foucault muito atentamente enfatiza a ligação existente entre este pequeno artigo de Kant e *Crítica kantiana*. Afirma que Kant:

descreve a *Aufklärung* como o momento em que a humanidade fará uso de sua própria razão, sem se submeter a nenhuma autoridade; ora, é precisamente neste momento em que a Crítica é necessária, já que ela tem o papel de definir as condições nas quais o uso da razão é legítimo para determinar o que se pode conhecer, o que é preciso fazer e o que é permitido esperar. É um uso ilegítimo da razão que faz nascer, com a ilusão, o dogmatismo e a heteronomia; ao contrário, é quando o uso legítimo da razão foi claramente definido em seus princípios que sua autonomia pode ser assegurada. A Crítica é, de qualquer maneira, o livro de bordo da razão tornada maior na *Aufklärung*; e, inversamente a *Aufklärung* é a era da Crítica.³²

30 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, A 488. Trad. p. 108.

31 Lembramos o leitor que desde o início e também no que se segue estamos tratando da leitura de Foucault sobre o texto de Kant.

Se nos reportarmos à *Segunda Seção do Cânon da Razão Pura*, veremos que para Kant todo o interesse da razão, tanto o especulativo quanto o prático, concentra-se nas três perguntas seguintes: “1- O que posso saber? 2- O que devo fazer? 3- Que me é permitido esperar”³³. Ora, é exatamente a ligação existente entre o pequeno artigo de Kant em questão e essas três perguntas que norteiam a *Crítica* que Foucault destaca. Se a *Aufklärung* representa para Kant o momento em que a humanidade fará uso de sua própria razão sem se submeter a nenhuma autoridade, é precisamente neste processo, afirma Foucault³⁴, “que a Crítica é necessária, já que ela tem o papel de definir as condições nas quais o uso da razão é legítimo para determinar o que se pode conhecer, o que é preciso fazer e o que é permitido esperar”.

Trata-se, portanto, de definir, para Kant, o próprio limite do conhecimento a partir de uma atitude *Crítica*. Ora, e qual é o sentido da revolução copernicana de Kant senão “substituir a idéia de uma harmonia correspondente entre o sujeito e o objeto, pelo princípio de uma submissão necessária do objeto ao sujeito”³⁵? De tal forma “que o ser racional descobre em si novas potências”³⁶, a saber, que somos nós os verdadeiros Legisladores da Natureza. E se Kant indica que a saída, a “*Ausgang*”, que caracteriza a *Aufklärung* é um processo que nos liberta do “estado de menoridade”, é a *Crítica* kantiana que é necessária a este processo, pois ela tem o papel de definir o que se pode conhecer, fazer e esperar. Apenas quando o uso legítimo da razão é definido que sua

32 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 340-341.

33 KANT, *Crítica da Razão Pura*, 833. Trad. p. 393.

34 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 340.

35 Cf. DELEUZE, *Para ler Kant*, p. 27. Também esclarecedora é a explicação de Otfried Höffe (Immanuel Kant, p. 45): “A revolução copernicana de Kant significa que os objetos do conhecimento objetivo não aparecem por si mesmos, mas eles devem ser trazidos à luz pelo sujeito (transcendental). Por isso eles não podem ser considerados como coisas que existem em si, mas como fenômenos. Com a mudança do fundamento da objetividade, a teoria do objeto, a ontologia, passa a depender de uma teoria do sujeito, de modo que não pode mais haver uma ontologia autônoma. O mesmo vale para a teoria do conhecimento. O substancial da Crítica da razão pura consiste na interligação de ambos os lados; uma teoria filosófica do ente, ou seja, daquilo que um objeto é objetivamente, só pode ser elaborada, segundo Kant, como teoria do conhecimento do ente, e uma teoria do conhecimento apenas como determinação do conceito da objetividade do objeto”.

36 DELEUZE, *Para ler Kant*, p. 28.

autonomia pode ser assegurada³⁷. Assim, se a palavra de ordem de Kant é “*Aude saber*”, que é a coragem de fazer uso de seu próprio entendimento, que mudança é esta que Kant exige para que o homem saia do “estado de menoridade” senão o próprio uso das potências do ser racional que Kant analisa na sua *Crítica*?

A questão não depende, portanto, de qualquer relação do homem com o mundo externo, mas do homem consigo mesmo. É do uso da razão, do entendimento, como agenciadores da própria autonomia do homem que o processo da maioridade depende. Há que se observar que Kant apresenta a *Aufklärung* como um processo em vias de se concretizar: “Se for feita então a pergunta: vivemos agora em uma época esclarecida (*aufgeklärten*)? A resposta será: não, vivemos em uma época de esclarecimento (*Aufklärung*)”³⁸. Mas, mais do que um processo a se concretizar, Kant apresenta a *Aufklärung* como uma obrigação e uma tarefa. Logo, alcançar a maioridade é obrigação do próprio homem, que deverá realizar uma mudança em si mesmo.

Como Foucault observa³⁹, a palavra utilizada por Kant é *räzonieren*, palavra que também aparece nas *Críticas* de Kant, que “não se relaciona com um uso qualquer da razão, mas com um uso da razão no qual esta não tem outra finalidade senão ela mesma: *räzonieren* é raciocinar por raciocinar”. Daí decorrem, como explica Foucault, os exemplos de Kant: pagar os impostos, mas raciocinar tanto quanto se queira sobre a fiscalização; ou, ainda, assegurar o serviço da paróquia, quando se é pastor, de acordo com os princípios da igreja à qual se pertence, mas raciocinar tanto quanto se queira sobre os dogmas religiosos⁴⁰. Assim, o uso que um padre faz de sua razão no exercício de sua função, no sermão aos discípulos do catecismo ou à comunidade, de conformidade com o credo a que serve, é um uso privado da razão, portanto, não é livre. Mas, como sábio, “que por meio de suas obras fala para o verdadeiro público, isto é, o mundo, o sacerdote, no *uso público* de sua razão, goza de ilimi-

37 Cf. FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 340-341.

38 KANT, *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, A 491, 492. Trad. p. 112.

39 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 339.

40 Cf. KANT, *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, A 486, 487. Trad. p. 106.

tada liberdade de fazer uso de sua própria razão e de falar em seu próprio nome”⁴¹.

Poder-se-ia questionar, então, neste texto, se Kant faz referência, ao estabelecer a razão pública como aquela que não impede mas favorece o esclarecimento, ao uso de uma razão teórica e ou de uma razão prática. Esta é uma questão que esclarece a ligação entre este texto de Kant e as três *Críticas*. Retomemos, primeiramente, a distinção entre uso privado da razão e uso público da razão, para precisar, em seguida, como a *Crítica* é necessária ao processo da *Aufklärung*.

O uso privado da razão é o uso da razão que a pessoa exerce em virtude de determinado cargo ou função que ocupa, é uma razão destinada ao interesse da comunidade, como ser soldado, ter impostos a pagar, dirigir uma paróquia, ser funcionário do governo, atividades desenvolvidas por um sujeito passivo, ao qual não é permitido raciocinar, mas obedecer. O uso da razão que conduz ao progresso do indivíduo e da própria “humanidade” é o uso público, aqui se obedece, mas é permitido raciocinar tanto quanto se queira. Assim, quando se raciocina apenas para fazer uso de sua razão, quando se raciocina como ser racional, e não peça de uma máquina destinada a uma finalidade política ou econômica, mas quando se raciocina como membro de uma comunidade, há o uso público da razão, que Kant entende ser necessário ao desenvolvimento da *Aufklärung*, como processo pelo qual uma época irá “ampliar seus conhecimentos, purificar-se dos erros e avançar mais no caminho do esclarecimento”⁴².

Com relação à razão teórica e a razão prática, Höffe⁴³ – ao tratar da *Crítica da Razão Prática*, da questão “o que devo fazer” – explica que

a razão prática não é nenhuma outra que a razão teórica; só há uma razão, que é exercida ou prática ou teoricamente. De modo geral a razão significa a faculdade de ultrapassar o âmbito dos sentidos, da natureza. A ultrapassagem dos sen-

41 KANT, *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, A 488. Trad. p. 108.

42 KANT, *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, A 488. Trad. p. 108.

43 HÖFFE, Immanuel Kant, p. 187.

tidos pelo conhecimento é o uso teórico, na ação é o uso prático da razão.

Em outra passagem deste mesmo texto, ao falar sobre o *factum da razão*, Höffe⁴⁴ retoma a questão da distinção entre razão teórica e razão prática:

Kant distingue entre o âmbito da razão teórica e o da razão prática; enquanto a razão teórica investiga aquilo que é, as leis da natureza, concerne de saída à razão prática aquilo que devemos fazer: os imperativos técnicos, pragmáticos e categóricos, as leis da liberdade.

Ora, é tanto da razão prática quanto da razão teórica que Kant trata neste texto. E isso se deve a dois fatores sobrepostos: o movimento crítico de Kant que precedeu a *Aufklärung*, e o fato de que este texto “é uma reflexão de Kant sobre a atualidade do seu trabalho”⁴⁵. A coragem invocada pela *Aufklärung*, ou o “desafio” que Kant lança diante de nós, consiste em reconhecer os limites do conhecimento. Assim, se a coragem de saber consiste em reconhecer os limites do conhecimento, há uma ligação direta deste texto com as três questões fundamentais da filosofia transcendental de Kant⁴⁶. Neste sentido, “a Crítica dirá que está menos no que nós empreendemos, com mais ou menos coragem, do que na idéia que nós fazemos do nosso conhecimento e dos seus limites”⁴⁷.

Assim, se Kant é o marco da transformação da filosofia isso se deve ao fato de ter instaurado uma filosofia transcendental em que o sujeito se torna o fundamento de uma síntese possível de representações⁴⁸. E os exemplos de Kant acerca dos processos sobre os quais o homem deve sair do “estado de menoridade” incidem exatamente, embora o texto

44 HÖFFE, Immanuel Kant, p. 228.

45 FOUCAULT, *Ditos e escritos*, v. II, p. 341.

46 Cf. nota 37.

47 FOUCAULT, *Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung*.

48 Cf. FOUCAULT, *Les mots et les choses*, p. 256.

não mencione isso claramente, na passagem em que se reconhece o registro das três críticas: o conhecimento, o direito e a religião⁴⁹. Assim, há que se observar que quando o uso da razão é livre e público a liberdade de pensamento ocorrerá quando houver “sobreposição do uso universal, do uso livre e do uso público da razão”⁵⁰. Isso nos conduz à retomada de uma questão apontada anteriormente⁵¹.

O processo da *Aufklärung* não é apenas a audácia de pensar livremente, mas de obedecer tanto quanto possível, como afirma Kant: “raciocinai tanto quanto quiserdes e sobre qualquer coisa que quiserdes, apenas obedecei!”⁵². Importa saber, observa Foucault, como o uso da razão irá assumir sua forma pública necessária, na qual a audácia de saber poderá ser exercida plenamente, uma vez que os indivíduos obedecerão tão exatamente quanto possível. É aqui que a *Aufklärung* aparece não apenas como uma obrigação prescrita aos indivíduos, mas como um problema político.

E, como já afirmamos, Kant assume esta perspectiva política que se insere no processo da *Aufklärung* quando propõe a Frederico II o que Foucault⁵³ chama de um “contrato do despotismo racional com a livre razão”. Contrato no qual o uso público e livre da razão autônoma será a melhor garantia de obediência desde que o próprio político ao qual é preciso obedecer esteja de acordo com a razão universal. A sobreposição do uso universal, do uso livre e do uso público da razão, é a engrenagem que possibilita a liberdade de pensamento e, ao mesmo tempo, o dever à obediência. Obediência que não se dirige a fins particulares decorrentes do exercício de determinada função ou cargo, como no uso da razão privada, mas obediência à razão universal. Ou seja, a coragem

49 Os exemplos de Kant (Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, A 481, 482) acerca do estado de menoridade são: se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, quando um orientador espiritual toma o lugar da consciência, e quando um médico decide em nossa lugar a nossa dieta. Há que se observar que Kant (Ibid., A 493, Trad. p. 114) enfatiza o domínio da religião no processo da *Aufklärung*: “Acentuei preferentemente em matéria religiosa o ponto principal do esclarecimento (*Aufklärung*), a saída da menoridade, da qual tem a culpa.”

50 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 339-340.

51 Questão apontada na seção anterior, cf. nota 28.

52 KANT, Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?, A 493. Trad. p. 114.

53 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 340.

de saber, de sair do estado de menoridade, consiste em reconhecer os próprios limites do conhecimento. Por isso a autonomia não se contradiz com a obediência, pois o uso da razão será legítimo apenas quando for feita uma idéia justa dos próprios limites do conhecimento, no qual a obediência estará fundada, ela mesma, na autonomia da vontade.

Poder-se-ia, assim, definir como tarefa primordial, prolegômeno a toda *Aufklärung* presente e futura, o reconhecimento dos limites do conhecimento. Há que se observar, por fim, a ligação deste texto de 1783 com a última questão de interesse da razão kantiana, a saber, “que me é permitido esperar?”.

Com esta pergunta, explica Höffe⁵⁴, “a esperança dirige-se para o ainda não sido; a terceira pergunta fundamental abre a dimensão do futuro, da história, da interpretação da vida humana”. Pergunta que se prolonga para o que deve ser moral, demarca o agir humano para o que se poderá um dia tornar realidade. Eis aqui a questão primordial para Foucault, a saber, compreender este texto como uma reflexão de Kant sobre a atualidade do seu trabalho. Nas palavras de Foucault:

Esta parece ser a primeira vez em que um filósofo liga assim, de maneira estreita e do interior, a significação de sua obra em relação ao conhecimento, uma reflexão sobre a história e uma análise particular do momento em que ele escreve e em função do qual ele escreve. A reflexão sobre a ‘atualidade’ como diferença na história e como motivo para uma tarefa filosófica em particular me parece ser a novidade desse texto.⁵⁵

A questão que parece surgir pela primeira vez neste texto de Kant é a questão do presente, do hoje, da atualidade. Foucault faz uma leitura deste texto de Kant resgatando a questão da atualidade como um acontecimento no qual encontramos ao mesmo tempo “sua própria razão de ser e o fundamento daquilo que ela diz”⁵⁶, reflexão que também aparece, por exemplo, na obra de Descartes que, logo no início do *Discurso*

54 HÖFFE, Immanuel Kant, p. 269.

55 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 341.

do Método, conta seu itinerário e o conjunto de decisões filosóficas tomadas ao mesmo tempo para si e para a filosofia. Mas em Descartes não encontramos a pergunta: “o que é precisamente este presente ao qual pertencço?”⁵⁷. Em Kant, a questão se reporta ao momento presente: “é a porta de acesso sobre a determinação de certo elemento do presente que se trata de reconhecer, distinguir, de decifrar no meio de todos os outros. O que é que, no presente, faz sentido atualmente para uma reflexão filosófica”⁵⁸.

Assim, das questões que Kant trata em seu texto, Foucault irá caracterizar a filosofia como discurso da modernidade e sobre a modernidade, ou seja, “a filosofia como problematização da atualidade da qual faz parte e em relação à qual tem de se situar”⁵⁹. De tal forma que a modernidade deve ser compreendida como uma atitude, um *êthos*, uma maneira de pensar e sentir, de agir e conduzir, como veremos na seção seguinte.

A finitude como limite

Os temas e questões suscitados por Kant a Foucault são, de uma forma geral, a crítica do presente, a atitude-limite como ultrapassagem, e a recusa do assujeitamento. Buscaremos nesta última parte pontuar como estas questões aparecem na filosofia de Foucault.

Seguindo a importância destacada da atitude filosófica com a qual Foucault caracteriza o texto de Kant, a saber, (1) reflexão teórica, relacionada com o reconhecimento dos limites do conhecimento, e (2) prática, que consiste na própria vontade de sair da menoridade, podemos afirmar que em certa medida Foucault continuará nos rastros de Kant. Não com o objetivo de legitimar as estruturas transcendentais, dadas a

56 FOUCAULT, Qu'est-ce que les Lumières? In: Dits et écrits, IV. Paris: Gallimard, 1994, p. 680. As traduções deste texto são de minha autoria. Neste texto Foucault retoma o texto de Kant de 1783 e também O Conflito das faculdades, de 1789.

57 FOUCAULT, Qu'est-ce que les Lumières?, p. 680.

58 FOUCAULT, Qu'est-ce que les Lumières?, p. 680.

59 FOUCAULT, Qu'est-ce que les Lumières?, p. 681.

priori, mas com o propósito de mostrar sua historicidade, sua contingência, o que torna possível a nossa mudança como seres históricos, imersos nas relações de poder e saber. A questão não será, portanto, reconhecer os limites do conhecimento, mas as relações de limite estabelecidas nas visibilidades entre poder, verdade e sujeito, e a possibilidade de ultrapassá-las.

Desta forma, enquanto para Kant o processo da *Aufklärung* constituiu-se, sobretudo, na coragem de saber os limites do próprio conhecimento, para Foucault a *Aufklärung* é um acontecimento histórico a partir do qual se pode problematizar simultaneamente a relação com o presente, o modo de ser histórico e a constituição de si próprio como sujeito autônomo. De tal forma que, o que nos liga à *Aufklärung* é uma atitude, um *êthos* histórico que poderia ser caracterizado como uma crítica permanente de nosso ser histórico⁶⁰.

Com relação a este *êthos* filosófico, desta atitude prática na qual se colocam as condições para que o sujeito atue como artífice ou artista na criação de sua própria obra de arte⁶¹, modificando sua forma se sentir, pensar e agir, Foucault o caracteriza da seguinte forma.

Primeiro negativamente. Se a *Aufklärung* definiu uma maneira de filosofar, não é o caso, para Foucault, de posicionar-se a favor ou contra a *Aufklärung*, de tal forma a permanecer ou na tradição de seu racionalismo, ou numa postura crítica da *Aufklärung* tentando escapar desses princípios racionais. Há que se fazer uma análise de nós mesmos como seres historicamente determinados, até certo ponto, pela *Aufklärung*, orientada na direção do que é, ou não é mais, indispensável para a constituição de nós mesmos como sujeitos históricos.

Essa crítica permanente de nós mesmos não deve ser confundida com o humanismo. Para Foucault há mais uma tensão do que uma identidade entre *Aufklärung* e humanismo. “O humanismo serve para colorir e justificar as concepções de homem às quais ele foi certamente obrigado a recorrer”⁶², temática que se opõe certamente ao “princípio de uma crítica e de uma criação permanente de nós mesmos em nossa

60 FOUCAULT, Qu'est-ce que les Lumières?, p. 562-578.

61 Cf. FOUCAULT, À propos de la généalogie de l'éthique: un aperçu du travail en cours. In: Dits et écrits, IV. Paris: Gallimard, 1994, p. 617.

autonomia; ou seja, um princípio que está no cerne da consciência histórica que a *Aufklärung* tinha tido dela mesma”⁶³.

Positivamente, este *êthos* filosófico pode ser compreendido como uma atitude-limite. A crítica é a análise dos limites e a reflexão sobre eles, mas se a questão kantiana era a que limites o conhecimento deve renunciar a transpor, para Foucault, a questão crítica deve ser pensada positivamente: do que é apresentado como universal, obrigatório, necessário, qual é a parte singular, contingente, e fruto de imposições arbitrárias. Não é uma crítica transcendental que tem por finalidade tornar possível a metafísica, ela é arqueológica e genealógica. Arqueológica porque buscará depreender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou ação moral possível, tratando dos discursos do que pensamos e agimos como acontecimentos históricos. Genealógica porque não “deduzirá da forma do que somos o que para nós é impossível fazer ou conhecer”⁶⁴, mas tratará da contingência do que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos. Esta atitude crítica histórico-filosófica não buscará tornar possível a metafísica como ciência, mas “fazer avançar para tão longe e tão amplamente quanto possível o trabalho infinito da liberdade”⁶⁵.

Esta ontologia histórica deve desviar-se de todos os projetos que pretendem ser globais e radicais. O que significa que não é o caso de trocar o sistema da atualidade por qualquer outro de qualquer sociedade. Este trabalho de uma ontologia histórica é realizado como uma “prova histórico-prática dos limites que podemos transpor”⁶⁶, portanto, como um trabalho sobre nós mesmos, o que implica apreender os pontos em que esta mudança é possível e desejável. A experiência teórica e prática que fazemos de nossos limites e de sua ultrapassagem nunca alcançará um domínio total dos nossos limites históricos. É uma atitude limitada e que, por isso mesmo, deve ser sempre recomeçada.

62 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 346.

63 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 347.

64 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 348.

65 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 348.

66 FOUCAULT, Ditos e escritos, v. II, p. 348.

Esta atitude-limite que constitui o processo de uma ontologia histórica sobre nós mesmos não é certamente uma doutrina ou qualquer corpo de saber que se acumula. É um *êthos*, uma atitude filosófica que consiste na crítica do que somos e simultaneamente a prova dos limites que nos são colocados. Ontologia histórica que tem um papel fundamental na construção filosófica de Foucault, especificamente nos seus últimos escritos, nos quais o filósofo trata de uma “estética da existência”⁶⁷.

A herança da *Aufklärung* descreve, assim, o momento singular de uma força histórica no pensamento de Foucault, no contexto das condições e possibilidades da problematização ética da atualidade num duplo aspecto. Primeiro daquilo que o autor entende por uma interrogação filosófica que problematiza simultaneamente a relação com o presente, o modo de ser histórico e a constituição de si próprio como sujeito autônomo. E, segundo, “a reativação permanente de uma atitude; ou seja, de um *êthos* filosófico que seria possível caracterizar como crítica permanente de nosso ser histórico”⁶⁸.

Deste modo, a *Aufklärung* aparece reconstruída no pensamento foucaultiano como uma força singular do acontecimento que delinea em diferentes épocas e contexto um problema histórico da atualidade. Trata-se de retomar a questão do sujeito, do sujeito como indivíduo autônomo, enquanto um eixo da análise crítica, apontando para a dimensão da liberdade de um sujeito histórico, ou melhor, de um sujeito imerso nas relações de poder e saber. De tal modo que esta concepção de sujeito livre compreende, no âmbito da problematização ética, uma estética da existência. A liberdade compreendida como uma proposta estética da existência, através de práticas de liberdade exercidas no interior de processos de assujeitamento, a partir de “um certo número de regras, estilos e convenções que se encontram no meio cultural”⁶⁹, é a aposta de Foucault a partir da crítica do momento presente.

67 Cf. FOUCAULT, O uso dos prazeres (1984) e O Cuidado de si (1984).

68 FOUCAULT, Qu'est-ce que les Lumières?, IV, p. 571.

69 FOUCAULT, Le sujet et le pouvoir. In: Dits et écrits, IV. Paris: Gallimard, 1994, p. 232.

Assim, a reconstrução da idéia de autonomia do sujeito diz respeito a práticas de liberdade no âmbito das relações de poder. Esta autonomia do sujeito que deve efetivar-se a partir de ações individuais no interior de um momento histórico sinaliza a proximidade entre Kant e Foucault, ao menos no que diz respeito à atualidade da *Aufklärung*, a saber, um esforço de afirmação da liberdade que pretende fazer com que o sujeito se reconheça na sua maioria.

Esta relação entre modernidade e ética aparece nos últimos escritos de Foucault, destacando que seu projeto filosófico não era apenas descrever e analisar as relações de saber e poder, mas também depreender uma análise do que é designado como sujeito, o que Deleuze analisa como um “terceiro deslocamento”⁷⁰. A reconstituição filosófica da própria concepção de sujeito implica simultaneamente a evidência de alguns elementos que serviram para uma história da verdade. Não de uma história do que haveria de verdadeiro nos conhecimentos, mas nos “jogos de verdade”, através dos quais o ser se constitui como experiência, como podendo e devendo ser pensado⁷¹.

Ao pensar o sujeito histórico, Foucault destaca esta problematização no interior de um conjunto de práticas que constituíram o sujeito ao longo da história. Práticas que ele denomina de “artes da existência”, ou “técnicas de si”, que são “práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo”⁷².

Foucault destaca, assim, a preocupação de Kant com o momento histórico, com “o que está acontecendo neste momento? O que está acontecendo conosco? O que é este mundo, esta época, este momento preciso

70 Estamos nos referindo à análise de Deleuze (Foucault, p. 108-109) acerca das últimas obras de Foucault, nas quais, segundo Deleuze, “a idéia fundamental de Foucault é a de uma dimensão da subjetividade que deriva do poder e do saber, mas que não depende deles”. Um terceiro eixo de constituição da subjetividade que não é construída pelo saber e pelo poder, a partir da qual deve ser pensada a “ética do eu” que aparece nos últimos escritos de Foucault. Com relação à “ética do eu”, conferir Herméneutique du sujet (1981-82).

71 FOUCAULT, Histoire de la sexualité 2, p. 12-13.

72 FOUCAULT, Histoire de la sexualité 2, p. 16-17.

em que vivemos?”⁷³. Mais do que isso, para Foucault o que Kant interroga neste texto é: “o que somos nós?”⁷⁴. Tarefa crítica que se impôs à história da filosofia pós-kantiana: “De Hegel a Horkheimer ou a Habermas, passando por Nietzsche ou Max Weber”⁷⁵. Mas para Foucault esta herança histórica da *Aufklärung*, e foi isso que buscamos mostrar, não consiste na tarefa de descobrir o que somos, mas recusar o que não somos. Trata-se, portanto, da desconstrução do sujeito objetivado pelas técnicas de poder e saber. Nas palavras de Foucault:

A conclusão seria que o problema ético, político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos.⁷⁶

Aufklärung and the kantian critique in Foucault's thought

Abstract: The aim of this text is to develop the articulation that Foucault makes between the diagnosis of the present and the building of a critical thought about the concept of autonomy from Kant's text *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* (1783). It is, therefore, Foucault's approach to the historical heritage of the *Aufklärung* analyzed by Kant, from an ethical perspective to think about modernity. To this end, we will discuss in this article (1) how Kant describes the process of *Aufklärung*, (2) the relation of Kant's text with his *Critique* and, finally, (3) the ramifications of these analyzes on what Foucault regards as a “critical attitude” of modernity.

Key-words: Foucault – Kant – modernity.

73 FOUCAULT, O sujeito e o poder, p. 239.

74 FOUCAULT, O sujeito e o poder, p. 239.

75 FOUCAULT, Qu'est-ce que les Lumières?, p. 562.

76 FOUCAULT, O sujeito e o poder, p. 239.

Referências bibliográficas

- DELEUZE, G. *La philosophie critique de Kant*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.
- _____. *Para Ler Kant*. Trad. Sonia Dantas Pinto Guimarães. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- _____. *Foucault*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1986.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits*, vol. IV. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. *Ditos e escritos*, v. II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. Sobre a Genealogia da Ética. Uma revisão do trabalho. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. *Bulletin de la Société française de philosophie*, v. 82, n. 2, pp. 35-63, avr.-juin 1990. (Conferência proferida em 27 de maio de 1978).
- _____. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. *Histoire de la sexualité*, 2: L'usage des plaisirs. Paris: Gallimard, 1984.
- _____. *Histoire de la sexualité*, 3: Le souci de soi. Paris: Gallimard, 1984.
- HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. Trad. Christian Viktor e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Valério Rohden e Udo Baldur Mosburger. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).
- _____. *Textos Seleccionados*. Trad. Tania Maria Bernkopf, Paulo Quintela e Rubens Rodrigues Torres Filho. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).
- _____. Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung? In: *Textos seletos*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.
- THOMAZ DE MENEZES, A. B. N. Foucault e Kant: Considerações em torno da ética e da Aufklärung. *Princípios – Revista de Filosofia*. Natal, v. 12, n. 17-18, jan.-dez. 2005, p. 19-34.